

CORREIO NACIONAL



Paulo Pinto/Agência Brasil

Pesquisa foi feita pela Ação da Cidadania

Três em cada 10 entregadores sofrem insegurança alimentar

Com um trabalho que envolve passar grande parte do dia ao lado de alimentos, os entregadores do Rio de Janeiro e de São Paulo têm que lidar com a fome e alimentação inadequada.

Uma pesquisa realizada pela organização não governamental Ação da Cidadania demonstrou que 32% deles vivem algum grau de insegurança alimentar.

A pesquisa Entregas da Fome constatou que 13,5% enfrentavam inse-

gurança alimentar moderada (quando há redução na quantidade e qualidade dos alimentos) ou grave (quando há escassez de comida para todos os membros da família). A taxa é maior do que a média nacional (9,4%).

Considerando-se apenas a insegurança alimentar grave, que popularmente é conhecida como fome, 8% deles enfrentavam o problema.

A insegurança alimentar é apenas um dos problemas vividas por esses profissionais.

Ação de golpistas dificultada

O portal de serviços digitais do governo federal, o gov.br registrou, nesta quinta-feira (3), 67,55 milhões de contas de brasileiros com nível ouro de segurança. Segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), é a primeira vez que este número ultrapassa a quantidade

de contas de nível bronze (67,53 milhões de brasileiros). O último nível de confiabilidade da conta é obtido automaticamente logo que o cidadão preenche um formulário simples no aplicativo gov.Br e tem seus dados validados na Receita Federal ou no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

R\$ 900 para medalhistas da OBMEP

Voltado a impulsionar a ciência no Brasil, o Instituto D'OR Ciência Pioneira (IDOR) vai oferecer bolsa de R\$ 900 mensais a dez estudantes aprovados em universidades públicas. O auxílio será pago até o fim da graduação, para cobrir despesas com acomodação, alimentação e deslocamento.

O grupo se soma a outros dez bolsistas. Todos com um ponto em comum: foram medalhistas da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) e ingressaram em cursos de graduação das áreas da saúde e biológicas, como medicina, bioquímica e enfermagem.

Doença falciforme

O Ministério da Saúde informou nesta quinta-feira (3) que vai incorporar o medicamento deferiprona para o tratamento da sobrecarga de ferro em pacientes com doença falciforme no SUS.

Em nota, a pasta destacou que, com a incorporação, qualquer pessoa que precise de

tratamento para acúmulo excessivo de ferro no organismo, independentemente da causa, terá acesso a todas as alternativas terapêuticas disponíveis na rede pública.

Segundo o ministério, o excesso de ferro é uma condição comum em pessoas que convivem com a doença falciforme.

Denúncias de abuso sexual

No ano passado, o Brasil figurou em quinto lugar na lista de países com mais denúncias de páginas que distribuíram conteúdos de abuso sexual infantil.

Ao todo, foram 52.999 páginas denunciadas, de acordo com relatório da rede internacional InHo-

pe, divulgado nesta quinta-feira (3).

De 2022 para 2024, o país viu as notificações se multiplicarem, passando da 27ª posição no ranking para a atual.

Nas primeiras posições, aparecem Bulgária, Reino Unido, Holanda e Alemanha.

Rastreamento de câncer de intestino

Uma ação de rastreamento de câncer de intestino resultou na identificação de 462 lesões em 231 pacientes (54%), com pelo menos 4 casos de câncer avançado já encaminhados para tratamento. Na mobilização, realizada na Cidade de Goiás (GO), foram oferecidos 8 mil tes-

tes fit (exame de sangue oculto nas fezes) com uma taxa de positividade em torno de 8%. Foram encaminhados para a colonoscopia 563 pacientes, sendo que 423 realizaram o exame. O mutirão foi realizado entre os dias 16 e 22 março, envolvendo 65 médicos voluntários.

Fies: vagas remanescentes em faculdades privadas

MEC divulgará em breve regras para inscrição dos estudantes

As instituições de ensino superior privadas têm até as 23h59 minutos de segunda-feira (7) para informar o Ministério da Educação (MEC) sobre sua participação na edição do primeiro semestre de 2025 do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), com a oferta de vagas remanescentes.

O programa do MEC oferece financiamento para cursos de graduação em instituições de ensino superior privadas que tenham avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

O objetivo é facilitar o acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda.

Os dados para o Fies 2025 do primeiro semestre devem ser preenchidos pelas faculdades privadas virtualmente, exclusivamente, pelo Sistema Informatizado do Fies (Sisfies), no módulo com título FiesOferta. Basta realizar o cadastro no “Login Único” do portal de serviços digitais do governo federal, o Gov.br.

Devem ser preenchidas as informações de cada curso a ser ofertado, número de vagas, turno, local e valores das mensalidades.



Tânia Rêgo/Agência Brasil

O objetivo é facilitar o acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda

O termo de participação também deve ser assinado eletronicamente pelo representante legal da instituição mantenedora da unidade de ensino. Para isso, deve ser usada a assinatura eletrônica disponibilizada no módulo FiesOferta.

Na quarta-feira (2), o MEC anunciou que realizará, ainda neste mês, uma nova etapa do Fies 2025/1 para ofertar aos estudantes aquelas vagas que sobram das etapas anteriores do

programa, neste ano.

O ministério confirmou que, em breve, divulgará um novo edital com as regras e o cronograma para a inscrição dos estudantes. A pasta aguarda apenas as informações prestadas pelas mantenedoras das instituições de ensino superior não gratuitas até dia 7 de abril.

Na edição do primeiro semestre, as universidades privadas de ensino superior oferece-

ram 67.301 vagas de cursos de graduação. O programa recebeu mais de 493 mil inscrições de 198.579 candidatos. Cada um deles pode se inscrever em até três opções de cursos.

De acordo com o novo edital publicado pelo MEC, no período de 8 a 11 de abril, as instituições de ensino superior poderão verificar e corrigir as informações do documento que formaliza a participação nesta edição do Fies.

Edital para projetos que usam IA



Fernando Frazão/Agência Brasil

Objetivo é desenvolver soluções para a natureza e o clima

mo de R\$ 1,8 milhão. As inscrições ficarão abertas até o dia 22 de abril. Para ter acesso ao edital, lançado em 11 de março, e ao formulário de inscrição, clique aqui.

De acordo com o edital, cada organização proponente pode apresentar apenas um projeto para seleção. No entanto, no caso de universidades, considera-se a organização proponente como sendo o laboratório ou departamento específico responsável pela im-

plementação do projeto. Dessa forma, é permitida a inscrição de mais de um projeto por universidade, desde que submetido por instâncias distintas da instituição. Para os demais casos, se a organização proponente enviar mais de um projeto, só será considerado o que tiver sido enviado por último.

“Precisamos aproveitar as soluções tecnológicas disponíveis e estimular a inovação de outras possibilidades para avançar no cumprimento da agenda

climática, que a cada dia se torna mais urgente. A inteligência artificial pode e deve ser utilizada a nosso favor. O iCS pretende, com esse edital, apresentar soluções concretas e escaláveis em agricultura regenerativa, bioeconomia e conservação e restauração florestal no Brasil”, afirma a diretora executiva do iCS, Maria Neo.

De acordo com o iCS, essa é a maior doação já feita pelo Google.org para projetos de sustentabilidade na América Latina. O processo de seleção será composto por quatro etapas: triagem técnica e legal; pré-seleção pelo júri de 14 a 21 projetos – que passarão então a uma mentoria de quatro semanas –; e seleção final pelo júri de cinco a sete projetos. Adicionalmente, o iCS poderá selecionar diretamente dois projetos.

O anúncio dos projetos pré-selecionados será feito até o dia 12 de junho. O anúncio final dos selecionados está marcado para o dia 26 de setembro.

STF

STF retoma julgamento da ADPF das Favelas

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou há pouco o julgamento de medidas adotadas pela Corte para restringir as operações realizadas pela Polícia Militar do Rio de Janeiro.

O STF julga a ADPF nº 635, conhecida como a ADPF das Favelas. Na ação, protocolada em 2019 pelo PSB, a Corte determinou medidas para reduzir a letalidade durante operações realizadas pela Polícia Militar contra o crime organizado nas comunidades do Rio, como a obrigatoriedade de câmeras nas fardas dos policiais, proibição de operações nas proximidades de escolas e hospitais e uso proporcional da força policial.

STJ

STJ homologa concurso público para diversos cargos

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) publicou, nesta quinta-feira (3), o ato de homologação dos resultados finais do concurso público de 2024 destinado à formação de cadastro de reserva para diversos cargos e especialidades do cargo de analista judiciário.

A homologação é a oficialização dos resultados de todas as etapas que foram realizadas no certame.

No entanto, neste momento, ela não contempla as seleções para as áreas de Inspetor da Polícia Judicial e de Suporte em Tecnologia da Informação, cujos certames ainda estão em andamento e serão concluídos em breve.

TSE

Divulgação de pesquisa eleitoral irregular

O Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na sessão de julgamento desta terça-feira (1º), negou, por unanimidade, recurso contra decisão do Tribunal Regional de Pernambuco (TRE-PE) que aplicou multa de R\$ 53 mil ao Instituto Datatrends Ltda. pela divulgação de pesquisa eleitoral irregular nas Eleições Municipais de 2024 em Ibimirim (PE).

O Colegiado acompanhou o voto do relator, ministro Ramos Tavares, que manteve o entendimento do TRE-PE pela aplicação da multa por considerar a pesquisa irregular. Na opinião dele, a empresa não informou o quantitativo de eleitores entrevistados.

TCU

Processos de solução consensual em andamento

O Tribunal de Contas da União (TCU) lança mais uma novidade na página de Solução Consensual. A partir de agora, os cidadãos terão acesso aos resumos dos processos de solução consensual que estão em andamento no Tribunal.

O novo espaço foi idealizado pela Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos para dar ainda mais transparência aos temas analisados pelas Comissões de Solução Consensual e facilitar a busca e o monitoramento dos casos pelas partes interessadas ou pela sociedade.

Na página, o público encontra o resumo das solicitações.